

# ESTADO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO, CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE HEGEMONIAS

Emiliano José\*

## RESUMO

**A** luz de uma visão basicamente gramsciana, o texto discute o papel dos modernos meios de comunicação na sociedade. Defende-se que a autonomia dos *media* deve ser relativizada face às vinculações deles com o Estado e com as classes dominantes, particularmente no caso brasileiro, cuja especificidade também é rapidamente analisada. Os *media* são vistos como componentes essenciais da construção e reconstrução de hegemonias.

**B**ased on a Gramscian framework, this article discusses the role of the modern *media* in society. The article claims that the autonomy of the *media* must be carefully observed face to their links with the state and the dominant classes, particularly in the Brazilian case, which is slightly analysed. The *media* are seen as key components of the construction and reconstruction of hegemony.

\* Jornalista, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Quando se trata das relações entre comunicação e política, uma pergunta se impõe, quase que como uma preliminar: qual o lugar dos *media* sob o modo de produção capitalista e na sociedade contemporânea? E impõe-se, do ponto de vista do autor, porque, se isso não é enfrentado, corre-se o risco, na indeterminação, de dar-lhes de uma autonomia tal que impeça uma visão sobre as relações que se travam entre eles e, use-se a tipologia, a base e a superestrutura da sociedade capitalista, acentuando-se, desde logo, tratar-se de uma metáfora - a da base e superestrutura - que mal utilizada leva a equívocos de grande monta, como POULANTZAS (1980, p. 19) já apontou.

Nos termos de uma discussão rápida, cabe dizer que os *media*, numa primeira aproximação, podem ser localizados, sobretudo em fases mais recentes, sob o capitalismo monopolista e sob hegemonia do capital financeiro, como parte da base econômica. De um lado, porque as empresas que os compõem são hoje grandes conglomerados, envolvidos muitas vezes não só nos negócios da área de comunicações, como em tantos outros. De outro, pelo fato de que tais meios de comunicação, vistos sob um aspecto amplo, são elementos constitutivos, estruturantes desse atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, especialmente se se considera o predomínio do capital financeiro, dependente da rapidez das informações que só a infra-estrutura dos *media* pode propiciar.

Mas, ainda para ficar na tipologia da base e da superestrutura, pode-se dizer que os *media* compõem os chamados aparelhos privados de hegemonia, nos termos gramscianos, ao menos se são pensados como funcionando de acordo com a lógica da indústria cultural, como produtores de mercadorias simbólicas e, também, numa área específica, como indústria de informações (aqui no sentido jornalístico, lato sensu).

## A RELEVÂNCIA DO ESTADO

O papel principal desse aparelho privado de hegemonia é o de produtor e difusor de mercadorias simbólicas, esse é o seu principal objetivo, e por isso, se preciso for falar em dominância, seria mais prudente dizer que o dominante na atividade dos *media* é o ideológico, situados, assim, muito mais propriamente, no âmbito superestrutural. Tal separação, contudo, como pode se ver pela análise feita anteriormente sobre a natureza econômica de tais meios na contemporaneidade, é de natureza puramente metodológica, sendo difícil separar as duas dimensões. O que se quer aqui é localizar uma dominância, sem a pretensão de excluir a outra dimensão.

Essa preliminar não constitui, como se sabe, qualquer novidade. Tal conceituação segue a tradição de autores como GRAMSCI (1974, v. 1, p. 397-406), ALTHUSSER (1974, 41-52) e POULANTZAS (1980, p. 33-40). Embora de forma diversa, todos guardam parentesco na caracterização dos *media* como agentes privados de hegemonia ou como aparelhos ideológicos de Estado - Gramsci em situação diversa da de hoje, pela simples e óbvia constatação de que os *media* não tinham então a complexidade e a dimensão dos dias atuais.

Ao se dizer isso, o problema do Estado ganha relevância, e não há como não ganhar se se fala em aparelhos privados de hegemonia - remetidos ao Estado, aparelhos pertencentes ao Estado ampliado na concepção gramsciana, ou, mais diretamente, na tradição althusseriana, aparelhos ideológicos de Estado.

Se o Estado é, na formulação gramsciana, simultaneamente sociedade política e sociedade civil, é necessário entender essas duas esferas não separadamente, mas articuladas dialeticamente, especialmente se se discute a hegemonia do grupo dominante, e sem que ainda se discuta o terreno da contra-hegemonia, que será tratado logo adiante.

Não existe - de acordo com PORTELLI (1977, p. 32-33) - nenhum sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado

em que um mesmo grupo possa, somente pela coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação. Isso quer dizer que não existe entre a sociedade civil e a política, entre o consenso e a força, uma separação orgânica - ao contrário, há uma estreita colaboração entre uma e outra, e só essa colaboração estreita é que permite a existência de um bloco histórico. Este seria a maneira como se realiza uma determinada hegemonia, o conjunto complexo, plural e contraditório das classes e frações de classe dominantes.

Aqui parece já estar claro que ao falar de sociedade política, faz-se referência ao aparelho de Estado em sentido estrito e suas instituições, e ao falar de sociedade civil, fala-se da complexa superestrutura ideológica conformada pelos organismos privados, aos quais GRAMSCI (1974, v. 2, p. 198) referiria-se como "vulgarmente chamados privados", talvez querendo demonstrar que a sua natureza privada contém também o elemento de dominação estatal, local de disputa do poder pela afirmação ou não do consenso.

O Estado, se visto de modo ampliado, constitui-se, como já visto, mais do que apenas um ente monopolizador dos meios de coerção, das agências ou aparatos dirigentes da vida social, como a escola, a Igreja, ou igrejas, os sindicatos, as corporações profissionais e tantas outras instituições privadas, para não falarmos nos *media*, de que trataremos logo adiante. O Estado governa com o consenso dos governados, mas com um consenso organizado, não genérico e vago. Um consenso que o Estado obtém e exige, mas um consenso que se constrói, que se "educa", e tal papel de educação é cumprido pelas associações políticas e sindicais, pelas diversas instituições da sociedade civil. (GRAMSCI, 1974, v. 1, p. 397)

É dessa forma que ganha corpo o chamado Estado ampliado de que fala GRAMSCI (1974, v. 1, p. 397-406) e é com tal entendimento que se deve apreender o conceito de hegemonia (MACCHIOCCHI, 1976, p. 146-185) ou de como o Estado desenvolve a direção intelectual e moral de toda a sociedade. O Estado deve ser compreendido, assim, sempre como equilíbrio, necessariamente instável, da sociedade política com a sociedade civil "ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, hegemonia exercida por meio de organismos privados". (grifo do autor) (GRAMSCI, 1974, v. 1, p. 43).

## MEIOS DE COMUNICAÇÃO E BLOCO HISTÓRICO

Na concepção original gramsciana, da qual se parte aqui, o Estado é definido por três características (PORTELLI, 1977, p. 36): reúne a superestrutura do bloco histórico, tanto a sociedade civil quanto a política; apóia-se no equilíbrio interno desses dois elementos superestruturais e, por fim, sustenta a sua unidade na gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais.

GRAMSCI dedicou-se de maneira disciplinada ao estudo do papel dos intelectuais e sua relação com a política - ou com o Estado, mais especificamente (GRAMSCI, 1978, p. 11). Ele vai concluir que "os intelectuais são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político". (GRAMSCI, 1978, p. 11). Eles não só comporiam o aparato de coerção estatal - aparato que assegura a disciplina dos grupos que não aderem ao consenso dominante - como seriam os que operariam a construção

*"...do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção."* (GRAMSCI, 1978, p. 11).

Aqui é o caso de nos determos um pouco na conceituação de sociedade civil em GRAMSCI. Para além da definição de ser um conjunto de organismos que

corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade, ela deve ser considerada, segundo PORTELLI (1977, p. 22) na sua existência histórico-concreta, sob três aspectos complementares:

- como portadora da ideologia da classe dirigente ela abrange todos os ramos da ideologia ( e ideologia em GRAMSCI constitui uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em toda a vida individual e coletiva);

- como organizadora de uma concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos (adviria daí os seus diferentes graus qualitativos como filosofia, religião, senso comum, folclore)

- e como direção ideológica da sociedade, ela articula-se em três níveis: a ideologia propriamente dita, a "estrutura ideológica", ou seja, as organizações que a criam e difundem, e os instrumentos técnicos de difusão da ideologia - o sistema escolar, os *media*, as bibliotecas etc.).

Chega-se ao ponto: os *media*, na concepção gramsciana (no momento da formulação, seria mais correto falar em imprensa), compõem o bloco histórico hegemônico. Isso quer dizer que não é possível pensar os *media* sem pensar a política, e política aqui entendida como o Estado ampliado.

Dessa forma, os contemporâneos meios de comunicação de massa devem ser pensados como parte da sociedade civil, como integrantes dos aparelhos privados de hegemonia, como integrantes das instituições que constroem o consenso, como casamatas fortalecidas e cheias de dinamismo na defesa do modo de produção capitalista e das formações sociais concretas que tal modo suscita. Essa é uma decorrência natural da aceitação do conceito de Estado ampliado e da própria visão gramsciana de hegemonia. Gramsci diz que

*"O exercício normal da hegemonia no clássico terreno do regime parlamentar caracteriza-se pela combinação entre a força e o consenso, que se equilibram variavelmente, sem que a força supere demais o consenso, tentando fazer, assim, com que a força se apoie no consenso da maioria, expresso pelo que se conhece como os órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, multiplicam-se artificialmente."* (PORTELLI, 1977, p. 34)

## A FABRICAÇÃO DO CONSENSO

O Estado não poderia "fabricar" o consenso senão, e quem sabe principalmente, através dos *media*. Não é possível recorrer ao conceito de hegemonia sem pensar o bloco histórico, não é possível pensar este sem uma construção contínua do consenso, construção que conta com a decisiva contribuição dos *media*, nem é teoricamente sustentável imaginar que estes não sejam parte do bloco histórico e do chamado Estado ampliado que lhe dá existência concreta em situações determinadas.

Os meios de comunicação, em Gramsci, constituiriam a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a "frente teórica" no exercício da hegemonia, como explica Portelli:

*"Um dos aspectos essenciais da sociedade civil consiste em sua articulação interna, isto é, na organização através da qual a classe dirigente difunde sua ideologia. Essa organização é qualificada por Gramsci de "estrutura ideológica" da classe dirigente, entendendo-se por esse termo a "organização material destinada a manter, defender e desenvolver a 'frente teórica'". Gramsci reúne na estrutura ideológica não somente as organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitiam influenciar a 'opinião pública'."* (PORTELLI, 1977, p. 27).

É o mesmo PORTELLI (1977, p. 27) quem vai falar da estreita unidade orgânica entre sociedade civil e sociedade política, ou, poderíamos dizer, entre o Esta-

do e os *media*, para dar uma maior consistência ao que se está dizendo. Ele se refere particularmente à construção da "opinião pública". E é o caso de dar a palavra ao próprio GRAMSCI, citado por PORTELLI (1977, p. 33):

*"O Estado, quando quer dar início a uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. (...) A opinião pública, tal como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada."*

Não escapava a GRAMSCI, como se vê, a ausência de uma opinião pública verdadeiramente pública e liberta de condicionamentos externos que, de resto, raramente terá existido, como não se lhe escapava o trabalho do Estado, em sentido ampliado, ou seja, com a intervenção dos *media*, no exercício consciente de construção de tal "opinião pública", construção voltada para o atendimento de seus objetivos políticos. Tal compreensão, por mais que as mudanças do capitalismo exijam acréscimos teórico-analíticos, guarda atualidade, pois são conhecidas as inúmeras intervenções dos *media* no sentido da fabricação de "opiniões públicas". O Estado, com impressionante freqüência, aciona os *media* para a "fabricação" da "opinião pública".

## HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA

No desenvolvimento do conceito de hegemonia, até agora, não se tratou de um outro conceito, constitutivo mesmo da idéia de hegemonia, que é o de contra-hegemonia e de hegemonia alternativa, significando a existência de grupos e classes sociais não submetidos ao pensamento hegemônico dominante e que desenvolvem práticas político-culturais diversas e opostas a este (LIMA, 1995, p. 96). A hegemonia não existe "apenas passivamente como forma de dominação" (WILLIAMS, citado por LIMA, 1994, p. 9)

*"A hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e de hegemonia alternativa que são elementos reais e persistentes na prática"* (WILLIAMS citado por LIMA, 1994, p. 9).

Isso é particularmente importante, primeiro, porque revela que a sociedade civil não é um todo homogêneo e não pode ser reduzida àquela parcela vinculada política e ideologicamente ao Estado, que há setores que se movimentam e se articulam num caminho inverso e em busca de outra hegemonia e, em segundo lugar, porque os aparelhos privados de hegemonia - e os *media* entre eles - expressam de alguma forma a presença de tais grupos e classes sociais.

No caso dos *media*, o fazem por sua específica função mediadora, não sendo, portanto, transmissores exclusivos das idéias das classes dominantes, embora nunca o façam sem considerar suas prioridades, seus interesses e suas ideologias. Com o conceito de contra-hegemonia e de hegemonia alternativa estabeleceu-se a noção do contraditório, da possibilidade de uma outra hegemonia, por vir, e que se manifesta também nos *media*, de modo subordinado.

Assinale-se que o conceito de hegemonia, assim compreendido, guarda atualidade no sentido de que insiste "em relacionar a totalidade do processo social com distribuições específicas de poder e influência" (LIMA, 1995, p. 96) e porque a sua adoção significa

"o reconhecimento necessário de que, numa sociedade de classes, há sobretudo desigualdade entre as classes, vale dizer, existem domínio e subordinação dentro do processo social total" (LIMA, 1995, p. 96).

Algumas considerações históricas devem cercar o conceito de hegemonia, mas tais considerações não o tornam inoperante. Não seria possível ao Gramsci dos anos 20/30, que apontou a igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e organizações da cultura (jornais, cinema, rádio, folhetins) como "portadores materiais da hegemonia e com a tarefa de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social" (LIMA, 1995, p. 99) antecipar "a importância central que os mídia viriam a ter meio século mais tarde, na organização material da cultura" (LIMA, 1995, p. 99).

"O advento dos meios de comunicação eletrônicos, sobretudo a televisão, transforma os mídia no aparelho privado de hegemonia mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica), vale dizer, na capacidade de construir/definir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais a disputa política ocorre" (LIMA, 1995, p. 99).

Seria difícil a Gramsci antecipar uma sociedade que tivesse a sua própria sociabilidade transformada inteiramente pela emergência de tão poderosos meios de comunicação, particularmente a televisão, que instituisse contemporaneamente "uma complexa e tensa convergência de espaços geográficos e virtuais, convivências e televivências, local e global" (RUBIM, 1999, p. 4)

RUBIM caracteriza as sociedades constituintes dessa Idade Mídia - a expressão é dele- como aquelas que experimentaram uma gigantesca expansão quantitativa da comunicação, a proliferação e o desenvolvimento de novas modalidades sócio-tecnológicas de comunicação, que viram a comunicação consolidar-se como modo expressivo de viver a experiência do mundo e que constituíram uma indústria cultural, além de terem já uma dimensão de publicização hegemônica na sociedade. (RUBIM, 1999, p. 5). Posição semelhante pode ser encontrada em ALSINA (1989, p. 47) para quem

"...las formas de vida actuales son propias de una sociedad que, para funcionar, depende cada vez más de la mediación social que se encomienda a las instituciones comunicativas; a su vez, la creciente importancia de la mediación de masas en la vida cotidiana señala la existencia de una sociedad cada vez más compleja e más organizada, la cual ya no puede satisfacer las necesidades de participación social de sus miembros con las vías que ofrece la comunicación directa"

Essa discussão sobre a Idade Mídia ou sociedade *media-centric* - esta noção querendo significar a existência de sociedades que possuem sistemas nacionais consolidados de comunicação de massa e que têm neles a fonte principal de construção dos mapas cognitivos de seus membros (LIMA, 1994, p. 11) - indica uma sociedade onde os *media* ocupam um papel central no exercício da mediação. Ou seja, não é mais possível viver sem a existência de meios que permitam o acesso aos acontecimentos.

Se é verdade que os meios de comunicação de massas - particularmente o jornal - existem, como tais, desde o início do século XIX e sobretudo a partir de meados daquele século, eles só ganham a dimensão de instituir uma nova sociabilidade com a televisão, e, por isso, os autores que trabalham com a idéia de sociedade *media-centric* consideram essencial a existência da televisão como meio dominante para então pensar numa sociedade de tal natureza.

Uma sociedade com tais características tanto pode ser encontrada nos EUA, há tempo, como no Brasil - e aqui pode-se datar isso no início dos anos 70, a partir do surgimento das redes de televisão. No Brasil atual, dados do IBGE, divulgados em 1996 e coletados em 1993, indicavam que cerca de 76% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um aparelho de TV (LIMA, 1998, p. 210)

É óbvio que uma sociedade dessa natureza não só se estrutura experimentando simultaneamente a convivência e a televivência - no sentido de experimentar, conhecer o mundo a distância - como isso tem também impactos decisivos sobre a atividade política, pois esta não se faz mais somente nas ruas, mas

transita também, e de modo decisivo, por espaços virtuais, o espaço das telas dos meios de comunicação. Modificam-se, com a prevalência de tal sociedade, os mecanismos do fazer político. Instala-se, para acompanhar a metáfora de MARIA CRISTINA MATA (1994, p. 191-200) uma tensão entre a praça e a platéia, entre a rua e o espaço virtual.

Dito de outra maneira, a hegemonia não se faz mais sem a consideração da existência dos meios de comunicação de massas, e particularmente da televisão. Afinal, quase 90% das pessoas no Brasil tomam conhecimento dos acontecimentos políticos pela televisão (LIMA, 1998, p. 213). Pesquisa realizada em Santiago, Buenos Aires, Cidade do México, São Paulo e Lima indicam que o grau de credibilidade das televisões e jornais é alta (MICELI, 1991, p. 198).

A emergência de uma sociedade com tais características pode implicar senão na substituição dos partidos políticos ao menos no seu enfraquecimento, pois, de fato, "os mídia vêm ocupando um papel cada vez mais central como instituição e ator político no mundo contemporâneo" (LIMA, 1998, p. 214). Em primeiro lugar, os *media* têm desempenhado funções que são tradicionalmente atribuídas aos partidos

*"...tais como gerar e transmitir informações políticas, definir a agenda dos temas relevantes para a discussão pública, fiscalizar a ação dos governos, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população junto ao governo"* (LIMA, 1998, p. 214)

Em segundo lugar,

*"...considerando a 'convergência tecnológica' contemporânea entre telecomunicações, mídia e informática, e a concentração da propriedade, sem precedentes, que vem ocorrendo no setor, os mídia vêm se constituindo em importantes atores, atuando de forma crescente no processo político e, particularmente, interferindo na definição das políticas públicas do setor de comunicações"* (LIMA, 1998, p. 215).

No caso brasileiro, é preciso considerar que face à fraqueza histórica da estruturação partidária, a tarefa dos *media* é relativamente simplificada neste trabalho de esmaecimento do papel dos partidos, muito embora, com freqüência, senão os partidos, ao menos figuras influentes do Congresso Nacional, terminam por dar os contornos da agenda pública, o que quer dizer que, malgrado a fraqueza dos partidos enquanto tais, não se pode falar, em termos tão rigorosos, em fraqueza da esfera política propriamente dita.

## ○ RELATIVO PODER DE AGENDAMENTO

Transitando pela mídia - compreendendo a sua lógica - tanto o Parlamento quanto o Estado *stricto sensu* conseguem agendar freqüentemente a vida política brasileira, o que quer dizer que o poder de agenda dos *media*, se é amplo, não é tão autônomo como às vezes parece. Uma sociedade centrada nos *media*, tal como caracterizada acima, não pode ser pensada senão a partir de tais relações e de condicionamentos "externos" que, desconsiderados, prejudicariam em muito a noção, dando ao campo mediático um grau de autonomia que ele não tem.

O papel dos *media* nas últimas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, contribuindo para as eleições de Collor e de Fernando Henrique em duas ocasiões, evidencia a força deles, demonstra, à sociedade, a vinculação dos *media* com as classes dominantes brasileiras, e aqui sem quaisquer dissimulações ou simulações de neutralidade possível. Os meios de comunicação, a televisão em particular, têm uma relação quase orgânica com o Estado desde a ditadura e que se acentuou com o Estado tipicamente neoliberal que se implantou desde Collor e que ganhou acento mais nítido sob Fernando Henrique Cardoso.

Não seria imprópria, ainda, uma outra consideração: o reconhecimento pelos políticos vinculados às classes dominantes da importância dos *media* para a

luta política, sobretudo a televisão. E aproveitaram a possibilidade de apropriarem-se desses meios através de concessões feitas pelo Estado.

Levantamento divulgado em novembro de 1995 indicava que das 302 emissoras de TV existentes no país, 94 pertenciam a políticos ou ex-políticos; das 2098 emissoras de rádio, 1.169 pertencem a políticos ou ex-políticos; dos 594 parlamentares, 130 têm uma concessão de rádio ou TV ou uma combinação das duas, e dos 27 governadores de então, doze tinham concessões de rádio ou TV (LIMA, 1998, 219). Além disso, das 1848 estações repetidoras de televisão autorizadas durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, 268 foram entregues a empresas ou entidades controladas por políticos profissionais (LIMA, 1998, p. 219).

Isso indica, como se disse, de um lado, o reconhecimento pelos políticos da importância da televisão e das emissoras de rádio. Ou seja, o reconhecimento de que os meios de comunicação constituem um espaço de construção e de reprodução do poder, de trânsito do poder. E, de outro, como consequência dessa propriedade de meios por políticos, que tais meios, em grande parte, já têm um ponto de partida político, não só geral, como qualquer meio o teria, mas específico, vinculado a um parlamentar ou executivo, ligado a um partido, a uma posição política, o que certamente contribui, e decisivamente, para orientar a cobertura dos acontecimentos.

Tais singularidades, se não retiram a especificidade dos meios de comunicação - afinal é por eles que os fatos transitam, são eles que têm a função de selecionar o que é publicável e o que não é, o que deve ganhar dimensão pública e o que deve ser condenado ao silêncio - situa-os de modo mais correto na situação brasileira. A definição dos temas relevantes para a discussão pública, assim, não pode ser considerada, com tanta facilidade, algo feito apenas no campo específico dos *media*, mas influenciado por vários outros atores.

O que pode e o que não pode vir a público - as zonas de segredo - às vezes constituem pontos de conflito entre a sociedade política e os *media*. Mas, de modo constante, o que vem à tona como se fosse segredo dominante reflete tão-somente os interesses de uma das partes constitutivas do próprio Estado em sentido estrito, Estado que sempre, num sentido amplo, vive não só em luta para manter sua hegemonia sobre o restante da sociedade, como em luta no seu interior, entre as diversas classes e frações de classe que ele representa.

OROZCO GOMES (1997) considera que passar de excluído a incluído, nas sociedades contemporâneas, implica, entre outros aspectos, ter acesso aos meios de comunicação. Sem tal acesso, é difícil incluir-se. Esta visão, tal e qual a de Idade Mídia ou sociedade *media-centric*, indica a nova dimensão alcançada pelos *media* como locus de poder. Não só a vida cotidiana, toda a sociabilidade contemporânea é condicionada pela presença dos *media*. Assim como o poder político e o econômico transitam pelos meios de comunicação para ganhar - ou perder - poder. Para os diversos atores político-sociais, não há alternativa senão a de incluir-se nesses meios, pois trata-se da forma mais eficiente de tornar pública suas intervenções e propostas.

Ocorre - e isso não pode ser perdido de vista - que o acesso a tais meios têm critérios que indicam que quem não tem poder enfrenta muito mais obstáculos para transitar por esses meios do que os que já o detêm. O consistente poder dos *media* não é, dessa maneira, um poder usado de modo democrático, à disposição da sociedade.

Mas - e isso também não pode ser ignorado - não se trata, também, por outros aspectos de sua lógica, especialmente quando se fizer referência ao jornalismo, de um bloco monolítico, que elimine as fissuras, as tensões, sempre presentes na prática cotidiana, o que significa que, em meio a tais frestas, atores que não compõem o bloco de poder hegemônico, tornam-se eventualmente protagonistas.

A existência de movimentos contra-hegemônicos é motivo de cobertura pelos *media* - a depender naturalmente de como se apresentem - e os exemplos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Brasil, e dos zapatistas,



no México, são demonstrações do que se está dizendo. Cada um a seu modo, e sempre a depender de seus movimentos concretos - e também da ação das classes dominantes contra eles - conseguem se fazer presentes nos *media*, isso por combinarem o atendimento de seus objetivos políticos com a sensibilidade para a lógica e dinâmica dos meios de comunicação de massa, lógica e dinâmica que impedem o desconhecimento de alguns fatos, sobretudo aqueles que fatos que tenham força significativa como notícia, às vezes até pensados previamente para se oferecer aos *media*.

Não custa lembrar a opinião de MOLOTCH e LESTER, citados por TRAQUINA (1995, p.200), segundo a qual o acesso ao campo jornalístico constitui uma das fontes e sustentáculos das relações existentes de poder. É o que aqueles autores chamam de "acesso disruptivo" aos meios de comunicação (TRAQUINA, p. 45). Dessa maneira, aqueles que não têm acesso regular aos meios jornalísticos - os que não estão integrados ao bloco histórico hegemônico, dir-se-ia - precisam "fazer notícia"

*"...entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de 'agitação'. Assim, os pouco-poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos".(TRAQUINA, 1995, p. 200)*

Os movimentos contra-hegemônicos, em princípio, poderão ter mais espaço quando ocorrerem crises, tanto as de maior densidade - aquelas que questionam os próprios termos da dominação vigente, ou, dito de outro modo, que apontam a possibilidade de uma outra hegemonia - quanto crises pontuais, de "arrumação" do esquema de forças do bloco dominante ou de conflitos eventuais entre dominados e dominantes.

Os acontecimentos das denominadas comemorações dos 500 anos, de abril de 2000, com a entrada em cena de índios, sem-terra, movimento negro e articulações sociais e políticas variadas de oposição, com outra visão da história do Brasil, é uma clara evidência não só de um conflito ideológico e político, como de ocupação a contrapelo do espaço midiático, o chamado acesso disruptivo.

A própria Rede Globo, que tinha interesses diretos nas comemorações oficiais, foi obrigada a noticiar a repressão contra os que discordavam da orientação governamental. Os pouco-poderosos, para recuperar a noção de MOLOTCH E LESTER, às vezes invadem o espaço midiático, à revelia dele próprio, ou, dito de outra maneira, aproveitando-se de sua própria lógica. Não era possível ignorar o que aconteceu em Porto Seguro, no abril de 2000.

Ainda assim, não se pode dizer que esse espaço da contra-hegemonia seja tão tranqüilo, pois nos momentos de crise o bloco histórico pode se coesionar de modo a defender o atual estado de coisas e continuar dificultando, no limite que possa, o agendamento da ação das classes subalternas não-integradas ao bloco de forças hegemônico.

As crises de qualquer natureza, no entanto, de modo geral, constituem terreno fértil para o acesso das idéias não-hegemônicas, até porque, alguns acontecimentos - invasões de terra, massacres, saques a supermercados, assassinatos em massa de lideranças rurais, tomada de fábricas ou mesmo um desemprego em níveis muito altos - dificilmente podem deixar de ser cobertos. E por que dificilmente podem deixar de ser cobertos?

Atendo-se a análise aos *media* informativos, pode-se afirmar que eles buscam sua legitimidade na demonstração de que cobrem, noticiam os acontecimentos. O discurso desses meios, e que não pode ser inteiramente desmentido pela prática, é que são fiéis aos fatos, que tudo aquilo que merece ser notícia será contemplado. Se não mantêm um mínimo de coerência com sua função mediadora, perdem legitimidade.

Não podem, dessa maneira, circunscrever-se ao noticiário que interesse exclusivamente às classes dominantes. Tais meios de comunicação vivem a permanente tensão entre a sua natureza constitutiva de aparelho privado de hegemonia (além de constituírem-se como empresas monopolistas, com todos os vínculos daí

decorrentes) e o seu objetivo específico de mediação, de ser o intérprete da atualidade, de revelar do mundo presente. Tensão que nunca elimina a ideologia, mas que permite também a presença de mais do que isso. A verdade dos fatos - para usar expressão tão cara ao jargão jornalístico - muitas vezes impõe-se, ou insinua-se, pela própria força deles.

Ao final desse ensaio, é importante dizer que, considerando a fase de desenvolvimento do capital, com absoluto predomínio do capital financeiro, que há hoje organismos internacionais que refletem esse predomínio e que subordinam iniciativas de muitos Estados nacionais, especialmente os situados na periferia do sistema. Entre tais instituições, podem ser lembrados, e aqui nos limitamos à esfera econômica, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e a Organização Mundial do Comércio. De outro lado, ou fazendo parte da mesmo centro de poder, os próprios países centrais, particularmente o chamado G-7 - que reúne os principais países capitalistas do mundo - tentam estabelecer diretrizes para as nações da periferia, funcionando não só como árbitros nas crises políticas como interventores nas crises de natureza econômica, sobretudo pelo que tais crises possam significar de abalo para o sistema enquanto um todo. (IANNI, 1993, 2a edição), HOBBSAWM, 1995), (LATOUCHE, 1994), (RAMONET, 1997), (JOSÉ, 1997, p. 59-72.)

Se é possível falar disso - e, portanto, refletir sobre modificações na natureza do Estado-Nação tal e qual ele surge como necessidade política da estruturação do modo de produção capitalista - não seria correto falar do desaparecimento de tal Estado que, embora modificado, continua uma presença política real.

A consideração dessa realidade - da força daquelas instituições e dos Estados capitalistas centrais - implica no fato de que os *media*, naturalmente cada vez mais globalizados, conformam também aparatos que combinam papéis nacionais e multinacionais. Estes últimos seriam cumpridos pelos órgãos de comunicação mais importantes do centro capitalista e pelas agências de notícias, ao menos se pensamos o jornalismo. Um papel hegemônico na produção de notícias é cumprido pelos EUA, de onde provém a maior parte delas, segundo COLOMBO (1997, p. 24-30) Os papéis nacionais dos *media* nunca poderiam ser entendidos, e nem em outras fases do capitalismo, após o século XIX, o poderiam, sem uma interlocação - ou uma sobredeterminação - com os aparatos dos *media* internacionais. Nem se discuta, por desnecessário, a imensa produção cultural do centro capitalista, que perpassa os *media* na periferia.

É possível, face à ênfase que foi dada ao jornalismo até aqui quando se falou nos *media*, haja a confusão, ou identificação, entre os *media* e jornalismo, mas aqueles são mais do que este. Eles, os *media*, funcionariam, para pensar de modo amplo,

*"como um sistema para comunicar mensagens e símbolos às massas em geral - com a missão de divertir, entreter e informar, como também de inculcar nos indivíduos valores, crenças e códigos de comportamento que os integram em estruturas institucionais da sociedade mais ampla". (FERREIRA, 1991, p. 159).*

O jornalismo é apenas uma parte (fundamental) desse complexo sistema, um sistema que cumpre um papel essencial no processo de construção e reconstrução de hegemonias, de construção e reconstrução de consensos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALSINA, Miquel Rodrigo. La construcción de la noticia. Barcelona : Editorial Paidós, 1989.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. Lisboa : Presença; São Paulo : Martins Fontes, 1974.
- COLOMBO, Furio. Últimas notícias sobre el periodismo: Manual de periodismo internacional. Barcelona : Editorial Anagrama S/A., 1997.

- FERREIRA, Argemiro. As redes de TV e os senhores da aldeia global. In: NOVAES, Adauto (org.) Rede imaginária : televisão e democracia. São Paulo : Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- GRAMSCI, Antônio. A ciência e o príncipe moderno. In: GRAMSCI, Antônio. Obras Escolhidas. Lisboa : Editorial Estampa, 1974, v. 1.
- \_\_\_\_\_. A formação dos intelectuais. In \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lisboa: Editorial Estampa, 1974, v. 2.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos : o breve século XX: 1914-1991. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. A sociedade global. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993, 2a edição.
- JOSÉ, Emiliano (da Silva Filho). Um espectro ronda o mundo: o espectro da globalização (revisitando o nacionalismo). Cadernos do CEAS. Salvador : Centro de Estudos e Ação Social, 1997, p. 59-72.)
- LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.
- LIMA, Venício A. de. Televisão e poder: a hipótese do cenário de representação da política, CR-P. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, ago./nov. 1994. Nova Série.
- \_\_\_\_\_. CR-P: novos aspectos teóricos e implicações para análise política. Comunicação & Política, v. 1, n. 3, abr./jul 1995. Nova Série.
- \_\_\_\_\_. Os mídia e a política. RUA, Maria das Graças e CARVALHO, Maria Isabel V. (orgs.). O estudo da política. Brasília : Paralelo 15, 1998.
- MACCHIOCCHI, Maria-Antonietta. A favor de Gramsci. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- MATA, MARIA CRISTINA. Política y comunicación: entre la plaza y la platea. Comunicação & Política, ago./nov. 1994, Nova Série, v. 1, n. 1.
- MICELI, Sérgio. O dia seguinte. NOVAES, Adauto (org.). Rede Imaginária. São Paulo : Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- OROZCO GOMES, Guilherme. "Mas-Mediación" y "Audiencia-cion: Macrotendencias en las sociedades latinoamericanas de fin de milenio. Ponencia presentada em IV IBERCOM, Intercom, Universidade de Santos, Brasil, setembro 1997.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro : Graal, 1980.
- RAMONET, Ignacio. Un mundo sin rumbo: crisis de fin de siglo. Madrid : Editorial Debate S/A., 1997.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Novas configurações das eleições na Idade Mídia, 1999, mimeo.
- TRAQUINA, Nelson. Jornalismo : questões, teorias e "estórias". Lisboa : Vega, 1993.
- \_\_\_\_\_. O paradigma do Agenda-setting: redescoberta do poder do jornalismo. In: MESQUITA, Mário. Comunicação e Política. Lisboa : Cosmos, 1995.
- WILLIAMS, Raimond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 113; 115/6; passim, apud LIMA, 1994, p. 9).